

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.630 - SE (2019/0299002-5)**

**RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE**  
**SAULO LAMARTINE MACEDO - SE007743**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE**  
**PACIENTE : DERNIVAL PEREIRA DOS SANTOS (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DERNIVAL PEREIRA DOS SANTOS apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE - HC n. 201800323094.

Noticiam os autos que o paciente encontra-se preso preventivamente desde 04/09/2017, por ter, supostamente, cometido o delito previsto no art. 121, *caput*, do Código Penal.

Aduz a ocorrência de constrangimento ilegal sob o argumento de que o paciente se encontra preso há mais de 2 (dois) anos, sem que tenha sido encerrada a instrução criminal, a ponto de restar configurado o excesso de prazo de sua custódia cautelar.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para que o paciente seja colocado em liberdade em virtude do apontado excesso de prazo.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do *habeas corpus* para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame**. Dessa forma, depara-se com flagrante utilização inadequada da via eleita.

Não obstante, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto, em princípio, há fundamentação para a denegação da ordem mandamental e manutenção da prisão cautelar, diante da razoabilidade da duração do processo, consoante é possível inferir-se do seguinte trecho do aresto impugnado (e-STJ fls. 14-15):

[...]

*Consta da resenha informatizada do processo observa-se que o feito ficou suspenso durante longo período, tendo em vista que citado por edital não compareceu para seu interrogatório e não constituiu advogado, tendo sido o paciente posteriormente localizado no Estado de São Paulo e preso preventivamente em 04/09/2017, estando no aguardo do recambiamento do preso para fins de interrogatório com conclusão da instrução processual e encerramento do feito.*

*De acordo com os fatos acima detalhados, depreende-se que se há atraso em relação à instrução do feito, este não*

# Superior Tribunal de Justiça

*se deu por falha do Juízo processante, ao contrário, tendo em vista que o acusado permaneceu por longo período foragido, gerando grande delonga no andamento do feito, tendo sido este reativado somente em outubro/2017.*

*Ressalte-se que já foram ouvidas as testemunhas de acusação em produção antecipada de provas, não existindo testemunhas arroladas pela defesa.*

*Por outro lado, destaque-se que o prazo para se concluir a instrução criminal não se conta apenas pela soma de dias, urgindo conjugá-lo com o juízo de razoabilidade, ante as dificuldades de cada processo.*

*Neste diapasão, assim como já fora visto acima, não há como vislumbrar o excesso injustificado de prazo ora aduzido neste Remédio Constitucional porque, como se depreende dos elementos colhidos, uma vez que com o recambiamento do paciente e interrogatório deste determinará o encerramento da 1ª fase do procedimento escalonado do Júri.*

*Ressalte-se ainda a gravidade do delito imputado ao paciente, uma vez que este, é acusado pelo crime de homicídio (art. 121, § 2º, II, CP).*

*Diante de tais fatos conclui-se que a alegação de excesso prazal não pode sustentar-se exclusivamente em cálculos aritméticos, com contagem de prazos feita de maneira inflexível, pois a ocorrência de certo atraso no término da instrução criminal, desde que não ultrapasse os limites da razoabilidade não causa constrangimento ilegal, porque as diligências são procedimentos triviais no feito e causa natural de demora no processamento de uma ação penal.*

Da leitura de tais argumentos não exsurgem, portanto, os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela requerida, já que, em sede de cognição sumária, não se verifica qualquer violação aos dispositivos legais apontados, sem prejuízo de uma análise pormenorizada da questão no momento oportuno.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão da sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Ante o exposto, **indefere-se a liminar.**

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intime-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro Jorge Mussi  
Relator

